

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

2 **4ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2024**

3 **Data:** 05 de dezembro de 2024.

4 **Horário:** 09h

5 **Local:** Ambiente virtual pela Plataforma Teams.

6 **Membros do Colegiado**

7 **SEGMENTO ESTADO**

8	Anderson Esteves	SP ÁGUAS – Secretário do CBH-AT
9	Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
10	Lilian Barrella Peres	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
11	Josenei Gabriel Cará	Fund. Conservação e a Produção Florestal
12	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria da Educação
13	Mônica Therezinha Bartié Rossi	Sec. de Desenv. Urbano e Habitação
14	Gerson Salviano Almeida Filho	IPT

15 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

16	Vanderlon Oliveira Gomes	Salesópolis - Presidente do CBH-AT
17	Douglas Batista	Salesópolis
18	Moacyr de Souza	Ferraz de Vasconcelos
19	Marcel Ian G. M. de Mandon	Biritiba Mirim
20	José Eduardo Victorino	Mairiporã
21	Vitor Costa Silveira	Santana de Parnaíba
22	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapeceira da Serra
23	Solange Wuo Franco	Suzano
24	Gilberto Marson	São Bernardo do Campo
25	José Eduardo Pincerno Pouza	São Paulo

26 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

27	Mário de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga
28	Melissa Cristina Pereira Graciosa	UFABC – Vice-presidente CBHAT
29	Letícia Trombeta	UNIFESP
30	Marta Ângela Marcondes	USCS
31	Priscila Bezerra	Ass. Bras. Conc. Privadas de Serviços Públicos
32	José Ramos de Carvalho	APGAM
33	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
34	Sueli Moroni da Silva Machado	FIESP
35	Ricardo Saad	CIESP São Bernardo do Campo
36	Gustavo Veronesi	Fundação SOS Pró-Mata Atlânticas
37	Amauri Pollachi	ONDAS

38 **INTEGRANTES CONVIDADOS PERMANENTES**

39	Joana Franklin De Araújo	Ministério Público do Estado de São Paulo
40	Lilian Dogo Olmedija de Araujo	USP



ALTO
TIETÊ

41 **1. Abertura e 2. Informes.** O Prefeito de Salesópolis e Presidente do CBH-AT
42 Vanderlon Oliveira Gomes iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e
43 destacando o empenho contínuo da Vice-presidência para a manutenção da agenda
44 do Comitê, especialmente durante os desafios enfrentados no período eleitoral.
45 Também sublinhou a importância da gestão contínua, com a perspectiva de que as
46 futuras lideranças devam garantir o avanço das políticas públicas hídricas. **3.**
47 **Comunicações.** Não havendo informes da Vice-presidente, Valburg de Sousa Santos
48 Junior, da FABHAT, iniciou a apresentação sobre o empreendimento denominado
49 “Estudos Hidrogeológicos na região de Jurubatuba, no município de São Paulo” que
50 está em fase de execução dos trabalhos de campo (previsão de finalização desta
51 etapa em janeiro de 2025). Esse projeto FEHIDRO está sendo executado IPT e FIPT e
52 tem como objetivo atualizar as informações sobre a hidrogeologia e a contaminação
53 da área na região de Jurubatuba. O Diretor-presidente da FABHAT, Hélio Suleiman,
54 destacou a relevância do trabalho realizado. Sobre outro projeto, “Mapeamento do Uso
55 e Ocupação do Solo na Região Metropolitana de São Paulo e na Bacia do Alto Tietê”,
56 Valburg colocou que o valor financiado foi de R\$ 7 milhões pelo FEHIDRO. O projeto
57 subsidiará modelos matemáticos que relacionam o uso do solo à qualidade da água,
58 com aplicação prática para a CETESB e SABESP. Os produtos cartográficos, como
59 modelos digitais de terreno e hidrografia, têm previsão de entrega até o final do
60 primeiro semestre de 2025. Em seguida, Beatriz Silva Gonçalves Vilera, Diretora
61 Técnica da FABHAT, complementou mencionando também o Plano de Gestão
62 Integrada de Resíduos Sólidos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, cuja apresentação
63 ocorreu na audiência pública do dia 27 de novembro com consulta pública aberta até
64 20 de dezembro. Enfatizou o trabalho do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) e
65 da SP Águas, que forneceram análises comparativas valiosas entre os períodos seco
66 e chuvoso, agregando robustez ao prognóstico do Plano. Outro ponto abordado foi o
67 início do Programa de Educação Ambiental para a bacia, que incluiu a elaboração do
68 Plano de Trabalho e o diagnóstico inicial, com levantamento e análise dos projetos
69 existentes. Informou também que o Comitê está finalizando o Termo de Referência
70 para a contratação de um Sistema de Gerenciamento de Informações-SGI, previsto
71 para 2025. Valburg deu continuidade à apresentação mencionando Plano Hidroviário
72 de São Paulo, que teve sua consulta pública prorrogada até 22 de dezembro, com os
73 objetivos de promover o desenvolvimento urbano integrado das águas, a
74 transformação das vias pluviais por meio da navegação urbana e a integração de
75 projetos hídricos para o enfrentamento das mudanças climáticas. O Plano foca em três
76 eixos principais: os rios Tamanduateí, Tietê e Pinheiros, escolhidos por seu potencial
77 de integração com as áreas urbanas densamente ocupadas e por sua relevância
78 estratégica para a mobilidade regional. Beatriz finalizou os informes com a
79 apresentação do calendário de plenárias ordinárias para o próximo ano. O objetivo do
80 calendário é garantir que as reuniões sejam realizadas de maneira estratégica, para
81 apoiar a continuidade dos projetos e a tomada de decisões. Melissa Cristina Pereira
82 Graciosa, Vice-presidente do CBH-AT, expressou preocupação com a ausência de
83 consulta formal ao Comitê em relação ao Plano Hidroviário, sugerindo uma Moção
84 solicitando que o Comitê seja acionado como gestor de recursos hídricos, garantindo
85 assim sua participação ativa nas decisões e análises técnicas para tratar de questões
86 como o possível incentivo na ocupação de áreas irregulares que o novo eixo de
87 mobilidade hidroviária pode gerar. Gerson Salviano de Almeida Filho (IPT) reforçou a
88 necessidade de envolver o Comitê na discussão, destacando questões como
89 desassoreamento e transporte de sedimentos. Sugeriu a criação de um Grupo de
90 Trabalho específico para analisar o Plano e suas implicações. Renata Moreira



ALTO
TIETÊ

91 (UFABC) corroborou as mesmas preocupações, relatando que o Plano Hidroviário não
92 contemplou a articulação com órgãos importantes como a SP Águas e apontou falhas
93 técnicas, como a ausência de menção sobre a operacionalidade dos canais nos
94 períodos das cheias. Ainda apoiou a criação do GT e sugeriu maior diálogo entre o
95 Comitê e os responsáveis pelo projeto. Marta Ângela Marcondes, representante da
96 Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS reforçou as preocupações já
97 expressas, criticando o projeto hidroviário por ignorar as condições reais de rios como
98 o Ribeirão dos Meninos e o Ribeirão dos Couros, cujas profundidades são
99 insuficientes para as operações propostas. Alertou que projetos dessa natureza
100 frequentemente incentivam ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental,
101 agravando os problemas da gestão hídrica. Solicitou que o Comitê se posicione
102 firmemente contra a validação de iniciativas que desconsiderem a recuperação de
103 áreas de mananciais e medidas estruturais essenciais. José Ramos de Carvalho,
104 representante de APGAM, relatou que ficou espantado ao tomar conhecimento do
105 Plano Hidroviário durante reunião do Conselho ambiental da cidade, enfatizando que
106 propostas como essas, ao facilitar o transporte para áreas de proteção ambiental
107 como a Guarapiranga, podem consolidar ocupações irregulares e gerar impactos
108 severos. Apoiou a criação do GT e destacou a necessidade de o Comitê assumir uma
109 posição mais firme no debate. Melissa solicitou que o Comitê seja envolvido e ouvido
110 desde o início nos debates sobre projetos que impactam os recursos hídricos.
111 Destacou que projetos como o em questão, além de tecnicamente problemáticos,
112 eram apresentados de forma estratégica para disfarçar questões críticas, como a falta
113 de volume hídrico adequado nos rios mencionados. Mario de Carvalho Fontes Neto,
114 representante da Associação Nossa Guarapiranga, reiterou a importância de aprender
115 com os erros passados, como os problemas gerados pelo Aquático São Paulo.
116 Sugeriu maior envolvimento da sociedade civil e das sub-bacias específicas, a Billings
117 e a Guarapiranga, nos debates sobre o Plano Hidroviário, para evitar a repetição de
118 tais falhas históricas. Hélio propôs como encaminhamentos: (i) formalizar ofício à
119 Prefeitura de São Paulo solicitando o envolvimento direto do Comitê nas análises do
120 Projeto Hidroviário; e (ii) contato com a Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da
121 capital, representada pela Dra. Joana, com o apoio jurídico na defesa de uma gestão
122 mais integrada e sustentável dos recursos hídricos. A Dra. Joana Franklin de Araújo,
123 representante do Ministério Público de São Paulo (MPSP), se comprometeu a
124 intermediar o contato com a promotoria responsável e para auxiliar a articulação de
125 uma reunião com o Comitê. Retomando os Informes, Sueli Moroni da Silva Machado
126 (FIESP) solicitou esclarecimentos sobre a divulgação das entidades habilitadas para o
127 processo eleitoral da sociedade civil. Ana Sedlacek (FABHAT) informou que a lista
128 seria divulgada até o dia seguinte e que as análises da documentação ocorreriam
129 posteriormente, com nova publicação detalhando os habilitados e não habilitados.
130 Beatriz solicitou apoio do Subcomitê Billings-Tamanduateí para elaborar parecer
131 técnico sobre o empreendimento Ponte Graúna-Gaivotas, que exige manifestação.
132 Ressaltou que do e-mail anterior não recebeu respostas e se comprometeu a reenviar
133 a solicitação. Marta concordou em colaborar com a manifestação. **4. Aprovação da**
134 **Ata da 3ª Reunião Plenária de 2024, realizada em 26 de setembro de 2024;** O
135 Prefeito iniciou a apreciação da Ata da terceira reunião plenária de 2024, realizada em
136 26 de setembro. Foi solicitado a dispensa da leitura. Beatriz informou que realizou
137 pequenos ajustes de redação, sem alterar o conteúdo. A ata foi colocada em votação
138 e aprovada por unanimidade. Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO-SP) solicitou para
139 numerar as Deliberações na ata. O Presidente orientou que, no futuro, as
140 Deliberações fossem numeras já no momento na sua aprovação em plenária. **5.**



141 **Deliberação CBH-AT nº 190 – Aprova o Relatório de Situação da UGRHI-06 2024,**
142 **ano base 2023.** Valburg iniciou a apresentação destacando a importância do Relatório
143 de Situação da UGRHI-06, que serve como instrumento anual essencial para
144 monitorar a execução do Plano de Bacia e suas metas. Abordou a situação atual da
145 bacia do Alto Tietê, com foco nos principais indicadores de gestão dos recursos
146 hídricos e nas ações realizadas ao longo de 2023. Sobre demanda hídrica, a vazão
147 outorgada para captação subterrânea foi de 11 m³/s, e para captação superficial, de
148 56,5 m³/s. Apesar de esses valores se manterem estáveis em relação ao ano anterior,
149 alertou sobre o aumento da pressão sobre os sistemas de captação, tanto subterrânea
150 quanto a superficial, que demandava uma atenção especial para a gestão integrada
151 dos recursos hídricos. A escassez de água e as flutuações sazonais, como as
152 estiagens, foram identificadas como ponto crítico que exigiria ações mais rigorosas. Na
153 questão do Saneamento Básico, apesar dos avanços na universalização do
154 abastecimento de água, o problema da perda de água na distribuição ainda se
155 mantinha elevado, variando entre 33% e 36%. Destacou que, embora a coleta de
156 esgoto tenha atingido 85%, apenas 60% do esgoto gerado é tratado, o que
157 representava um desafio importante para alcançar as metas nacionais de saneamento.
158 Este ponto comprometia os esforços de preservação ambiental e de manutenção da
159 qualidade dos recursos hídricos. Em seguida apresentou a questão dos Resíduos
160 Sólidos e o andamento do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos da Bacia, explicando
161 que o Plano estava em fase de elaboração e tinha como objetivo melhorar a gestão
162 dos resíduos na região, além de evitar a contaminação dos mananciais. O Plano de
163 Resíduos foi destacado como prioridade na gestão de 2023, com previsão de avanços
164 significativos até o final de 2024. Sobre o item Qualidade da Água, em algumas áreas
165 da bacia, especialmente nas regiões com ocupação irregular e baixa cobertura de
166 saneamento, a qualidade da água havia apresentado queda. Sugeriu que o Comitê
167 intensificasse as ações de monitoramento da qualidade da água, adotando uma
168 metodologia mais robusta e utilizando dados atualizados para garantir o controle da
169 degradação das águas evitando a sua contaminação. Valburg também abordou os
170 Projetos em Andamento incluindo os Estudos Hidrológicos e as Iniciativas de
171 Recuperação Ambiental que estavam em execução. Elogiou a colaboração entre
172 entidades públicas e privadas, especialmente com a SP Águas, que teve papel
173 fundamental na análise de dados e no desenvolvimento de soluções para os
174 problemas críticos relacionados à água. No entanto, sublinhou a necessidade de uma
175 maior integração entre os órgãos responsáveis para a criação de soluções mais
176 coordenadas e eficazes para a gestão dos recursos hídricos na bacia. Apontou que o
177 Planejamento para 2025 deveria focar em ações estratégicas para garantir a
178 resiliência da bacia diante de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e
179 enchentes, sugerindo que, para garantir a continuidade dos esforços, as Deliberações
180 fossem aprovadas, permitindo a implementação de novos projetos. O Relatório
181 também trouxe um balanço das atividades realizadas em 2023, com a realização de
182 seis reuniões plenárias e a aprovação de 17 Deliberações. Estacou o trabalho da
183 Câmara técnica de água subterrânea, que assegurou a alocação de R\$ 21 milhões
184 para projetos na área. Também analisou as ações pendentes do quadriênio anterior,
185 que totalizaram R\$ 289 milhões. O relatório apontou que 46 ações estavam previstas,
186 mas 16 delas não foram executadas ou foram canceladas. Apesar disso, a análise foi
187 positiva, com a integração de novos projetos já em andamento. Hélio iniciou suas
188 considerações destacando a importância das ações setoriais para o próximo ano.
189 Sugeriu que, se fosse consenso das Câmaras técnicas, o Comitê deveria trabalhar de
190 maneira intensiva com os órgãos de gestão e planejamento para trazer novos



ALTO
TIETÊ

191 indicadores e avaliar a eficácia do Plano de Bacia. Parabenizou Valburg pela análise
192 criteriosa e destacou que o trabalho realizado pela equipe da FABHAT tem gerado
193 resultados muito positivos. Laura Stela Naliato Perez (SEMIL) destacou a importância
194 do Relatório e sugeriu que, embora o trabalho estivesse bem feito, seria importante
195 aprimorar o Relatório e envolver as Câmaras técnicas na elaboração, para trazer um
196 resultado mais consolidado. Solange Wuo Franco, representante da Prefeitura de
197 Salesópolis, destacou a relevância da participação dos municípios no
198 acompanhamento e gestão do saneamento básico e dos recursos hídricos. Sublinhou
199 que o momento atual é crucial, uma vez que a SABESP está considerando áreas de
200 risco e loteamentos irregulares, os quais não seriam incluídos nas metas de
201 saneamento caso os municípios não se posicionem adequadamente. Sugeriu a
202 criação de um grupo de trabalho específico, similar ao GT Mananciais, para
203 acompanhar de perto os processos da SABESP e garantir que os municípios estejam
204 ativamente envolvidos no monitoramento e planejamento das ações da SABESP,
205 especialmente em relação às áreas que não foram inicialmente consideradas, e se
206 ofereceu para participar ativamente desse grupo, destacando que, com a coordenação
207 de Laura, o grupo poderia atuar de maneira eficaz para fortalecer a integração entre os
208 dois lados e garantir o cumprimento das metas estabelecidas, além de possibilitar um
209 controle mais próximo sobre o que a SABESP realizará nos próximos anos. O
210 Presidente parabenizou todos os envolvidos na aprovação dos projetos apresentados
211 no Relatório, destacando o trabalho dos técnicos e o apoio recebido pelas prefeituras,
212 agradecendo os recursos que chegaram aos municípios, destacando a importância da
213 compatibilização do Plano diretor com as leis estaduais, essencial para destravar
214 muitos projetos, principalmente para os municípios de Embu, Biritiba Mirim e
215 Mairiporã. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. **6 Deliberação 191 - Parecer
216 Técnico sobre o Empreendimento de Ampliação da Área de Lavra de Granito e
217 Saibro.** Vitor Costa Silveira, representante da Prefeitura Municipal de Santana de
218 Parnaíba, iniciou sua apresentação sobre o empreendimento Polimix Concreto, que
219 trata da ampliação da área de lavra de granito e saibro, localizada na divisa dos
220 municípios de Barueri e Santana de Parnaíba. Explicou que o projeto está voltado para
221 atender à crescente demanda por materiais de construção civil na região metropolitana
222 de São Paulo, destacando a importância estratégica da área, que possui 147 hectares
223 de lavra dentro de um perímetro total de 6074 hectares. O empreendimento está
224 localizado próximo a grandes centros urbanos, o que facilita a logística de transporte e
225 contribui para reduzir custos operacionais. Enfatizou que o Projeto de Mineração, que
226 se concentra na extração de granitoides destinados à produção de brita e outros
227 agregados para construção civil, é essencial para o desenvolvimento da infraestrutura
228 regional. A atividade mineradora é altamente dependente da localização do corpo
229 mineral, e, por isso, a escolha do terreno é justificada pela proximidade com a matéria-
230 prima e a demanda de mercado. Iniciou a análise do empreendimento destacando os
231 aspectos ambientais da área, que é caracterizada por sua fragilidade, incluindo
232 nascentes e corpos d'água vitais para o equilíbrio hídrico da região. Alertou para o
233 risco elevado de assoreamento no Ribeirão dos Cristais, um corpo d'água próximo à
234 área de lavra, e enfatizou que a atividade de mineração pode comprometer
235 significativamente a qualidade e a quantidade de água disponível. Devido à
236 proximidade com unidades de conservação, também abordou o risco de impactos
237 indiretos nas áreas protegidas, embora tenha esclarecido que os estudos realizados
238 indicaram que o projeto não afetaria diretamente essas unidades. Outro ponto
239 levantado foi o impacto potencial na vegetação nativa. A mineração exigirá a
240 supressão de uma área considerável de mata, o que poderia afetar a biodiversidade



241 local. Observou que o Plano de recuperação ambiental apresentado pela Polimix
242 Concreto carecia de um maior detalhamento, particularmente no que diz respeito a
243 estratégias claras e viáveis para mitigar os danos à flora e fauna da região. Também
244 mencionou o aumento esperado no tráfego de veículos pesados devido à operação do
245 empreendimento, o que poderia gerar emissões de partículas, aumentar a poluição do
246 ar e contribuir para a degradação das vias públicas. Sugeriu que o projeto
247 implementasse medidas rigorosas para controlar as emissões e realizar a manutenção
248 constante das estradas utilizadas no transporte de materiais extraídos. Na sequência,
249 detalhou as medidas propostas para mitigar os impactos ambientais do projeto, com
250 destaque para o monitoramento contínuo dos recursos hídricos, da qualidade do solo
251 e da vegetação. Destacou a importância de realizar medições periódicas da qualidade
252 da água, bem como o controle de sedimentos e o acompanhamento das áreas de
253 preservação permanente. Além disso, as pilhas de estéril e as áreas de reserva legal
254 foram estrategicamente posicionadas para minimizar os impactos ecológicos e sociais.
255 Também explicou que, devido à profundidade da cava planejada, que alcançará a cota
256 de 500 metros (em comparação com a cota de 700 metros do Rio Tietê na região),
257 haverá alterações significativas na geomorfologia local, especialmente no fluxo das
258 águas superficiais e subterrâneas. destacou que, para mitigar esses impactos, o
259 projeto prevê a implementação de um sistema de gestão integrada dos recursos
260 hídricos e o monitoramento contínuo do volume e da qualidade da água. Sobre a
261 relação entre o empreendimento e o Plano de bacia, reforçou que a mineração é uma
262 atividade estratégica para o desenvolvimento regional e que o projeto foi concebido
263 para estar em conformidade com as diretrizes do Plano de bacia da UGRHI-06,
264 destacou que o empreendimento respeita as normas de uso e ocupação do solo,
265 alinhando-se aos critérios de sustentabilidade definidos no planejamento da região.
266 Ressaltou que apesar dos desafios ambientais, o projeto tem uma importância
267 estratégica para a região, não só atendendo à demanda por materiais de construção,
268 mas também contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, enfatizando
269 a necessidade de monitoramento contínuo da qualidade da água, especialmente nos
270 corpos d'água afetados pela mineração, com a realização de vistorias periódicas nas
271 nascentes e nas áreas de preservação permanente para garantir sua proteção. Outra
272 recomendação importante foi o fortalecimento do Plano de Recuperação Ambiental,
273 que deveria ser mais detalhado e incluir ações específicas para a restauração da
274 vegetação nativa e promoção da biodiversidade local. Sugeriu também o controle
275 rigoroso das emissões de poluentes durante o transporte de materiais, além da
276 manutenção frequente das estradas para reduzir impactos negativos. Em relação à
277 erosão e assoreamento, propôs a implementação de medidas para o controle de
278 sedimentos e partículas, tanto no solo quanto nas águas, garantindo a qualidade dos
279 recursos hídricos. Além disso, recomendou a estratégica localização das áreas de
280 reserva legal e pilhas de estéril, a fim de minimizar os impactos ecológicos e promover
281 a recuperação das áreas afetadas. Por fim, reforçou que o sucesso do projeto
282 dependeria da implementação rigorosa dessas medidas e da integração entre os
283 órgãos responsáveis, assegurando que a mineração ocorresse de forma sustentável e
284 em conformidade com as legislações ambientais. O parecer técnico foi aprovado por
285 unanimidade. **7. Deliberação CBH-AT nº 192 Aprova o Parecer Técnico referente**
286 **ao empreendimento Condomínio Logístico Prologis 4, no município de Cajamar.**
287 Asafe Má dai de Deus Virgolino (Fundação Ezute/FABHAT) iniciou sua apresentação
288 destacando que o Centro Logístico Prologis Cajamar 4 é o quarto empreendimento da
289 empresa estadunidense líder mundial no setor de logística. Explicou que a análise do
290 projeto incluiu a avaliação de diversas documentações e procedimentos, como o



291 processo de solicitação de licença prévia junto à CETESB. Foram realizadas reuniões
292 técnicas nos dias 4 e 18 de outubro de 2024 do GT Consultas Ambientais com o
293 Subcomitê Juqueri Cantareira, além da apreciação pela Câmara Técnica de
294 Planejamento e Articulação (CTPA) em 26 de novembro. Mencionou um parecer
295 técnico do Ministério Público, que gerou uma notícia de fato, abordando a necessidade
296 de maior atenção à supressão de nascentes e aos impactos ambientais na área de
297 influência do empreendimento. Na sequência, apresentou informações gerais do
298 projeto, destacando que a área construída será de 186 mil m², com movimentação de
299 terra de aproximadamente 4 milhões de metros cúbicos. apontou que o consumo
300 médio de água será de 14 m³/hora e a vazão de esgoto de 12 m³/hora, além de
301 estimar cerca de 530 viagens diárias de veículos, o que poderá impactar
302 significativamente o tráfego e a infraestrutura local. Ao detalhar a localização do
303 empreendimento, explicou que a área diretamente afetada (ADA) foi representada em
304 amarelo nos mapas, enquanto a área de influência direta (AID) corresponde à sub-
305 bacia do Alto Ribeirão dos Cristais, uma região de alta relevância ambiental. A área de
306 influência indireta (AII), por sua vez, engloba os municípios de Cajamar, Caieiras e
307 Franco da Rocha. apresentou uma retrospectiva da ocupação da área, mostrando a
308 transformação gradual do uso do solo desde 1985 até 2024, evidenciando a expansão
309 dos centros logísticos na região e destacando o impacto crescente dessas atividades.
310 Exibiu um mapa desenvolvido pelo empreendedor que apontava regiões de muito alta
311 fragilidade dentro do local de implantação, entre os principais impactos identificados,
312 destacou o risco de assoreamento dos corpos hídricos, especialmente o Ribeirão dos
313 Cristais, devido à movimentação de terra e às alterações das condições ecológicas
314 locais. Também mencionou que o projeto não apresentou alternativas locais, mesmo
315 diante da sensibilidade ambiental do território. Explicou que a APA compreende todo o município de Cajamar e é regida por uma legislação que prevê a
316 proteção dos mananciais, a prevenção de erosão e o impedimento de obras de
317 terraplanagem que comprometam o equilíbrio ecológico. Destacou que o Ministério
318 Público solicitou respostas à Fundação Florestal e à CETESB, incluindo uma vistoria
319 no local para avaliar os impactos do empreendimento. Com relação aos corpos
320 hídricos, apontou que o estudo hidrológico indicou a presença de duas nascentes
321 dentro da área destinada à construção de galpões. Embora o empreendedor tenha
322 apresentado um estudo hidrogeológico para reavaliar a localização das nascentes,
323 foram identificados conflitos nos materiais apresentados, gerando dúvidas sobre a
324 precisão das informações. Enfatizou a necessidade de estudos locais mais detalhados
325 para garantir a proteção das nascentes e dos cursos hídricos da região. Ao abordar a
326 relação do empreendimento com o Plano de bacia, mencionou que a atividade
327 logística proposta está alinhada com as diretrizes gerais do Plano, mas ressaltou a
328 necessidade de maior integração entre as ações do empreendimento e as metas de
329 preservação ambiental estabelecidas para a bacia do Alto Tietê. destacou que
330 medidas de controle e mitigação deveriam ser rigorosamente implementadas para
331 minimizar os impactos sobre os recursos hídricos. Na avaliação de impactos e
332 medidas de controle propostas, explicou que o projeto prevê ações para gerenciar a
333 drenagem e reduzir o impacto sobre o solo e a vegetação. No entanto, considerou as
334 soluções apresentadas insuficientes, especialmente em relação ao controle de erosão
335 e proteção das áreas de preservação permanente (APPs). Recomendou que fossem
336 exigidas revisões no Plano do empreendimento para atender aos requisitos ambientais
337 de forma mais efetiva. Apresentou as recomendações, que incluíram a necessidade de
338 reavaliação do Plano ocupacional para evitar interferências nas APPs, a realização de
339 estudos hidrológicos mais detalhados, o monitoramento contínuo da qualidade da
340



ALTO
TIETÊ

341 água. Ao final da apresentação, destacou 15 recomendações elaboradas pelo Comitê,
342 voltadas para a preservação dos recursos hídricos e a mitigação dos impactos
343 ambientais. Entre as principais, citou a necessidade de um Plano robusto de
344 drenagem, medidas efetivas para controle de sedimentos, e um monitoramento
345 contínuo das áreas afetadas pelo empreendimento. Finalizou mencionando um
346 exemplo de caso anterior em que as recomendações do Comitê foram incorporadas
347 ao licenciamento pela CETESB, demonstrando a importância de ações conjuntas para
348 garantir a sustentabilidade ambiental. Os participantes elogiaram a apresentação de
349 Asafe, que foi aprovada por unanimidade. **8. Deliberação CBH-AT nº 193 de**
350 **05.12.2024 - Aprova a recondução da Diretoria da Fundação Agência da Bacia**
351 **Hidrográfica Alto Tietê (FABHAT) para a gestão 2025-2027.** O Prefeito Vanderlon
352 abriu a apresentação sobre a recondução dos membros da Diretoria da FABHAT para
353 a gestão 2025-2027, destacando a relevância de manter a continuidade dos trabalhos
354 desenvolvidos pela atual equipe. Antes de dar prosseguimento às falas, Hélio
355 Suleiman, Diretor-presidente da FABHAT, ressaltou os motivos que fundamentavam a
356 deliberação. Explicou que a proposta de recondução visava garantir estabilidade à
357 gestão do Comitê em um momento de transição política e administrativa no estado,
358 especialmente considerando os avanços obtidos nos últimos anos em planejamento e
359 execução de projetos estratégicos para a bacia do Alto Tietê. Também destacou que,
360 por razões éticas e para proporcionar maior liberdade aos presentes durante as
361 discussões, deixaria temporariamente a sala enquanto o debate fosse conduzido,
362 permitindo que os membros expressassem suas opiniões de forma mais à vontade.
363 Solange enfatizou que a recondução da atual Diretoria era indispensável para garantir
364 o andamento das ações planejadas e o cumprimento das metas estratégicas definidas
365 pelo Comitê. Destacou a liderança técnica e institucional de Hélio como um fator
366 determinante para o progresso obtido e reforçou que a equipe atual possuía a
367 experiência e o conhecimento necessários para enfrentar os desafios futuros. Gerson
368 parabenizou a Diretoria pela transparência e eficiência na condução dos trabalhos,
369 ressaltando que o Comitê alcançou avanços notáveis na gestão dos recursos hídricos
370 sob a liderança atual. O Presidente, em nome dos prefeitos da região, agradeceu à
371 Diretoria pelo empenho e pelo trabalho conjunto desenvolvido com as administrações
372 municipais, mencionando que a colaboração permitiu avanços significativos em
373 projetos de infraestrutura e saneamento. Destacou a importância de manter a
374 estabilidade e a continuidade da gestão em um momento de transição política,
375 reforçando o apoio à recondução da equipe. Amauri Pollachi, representante do
376 ONDAS, enfatizou que a atual Diretoria conseguiu fortalecer os vínculos entre os
377 municípios, o estado e a sociedade civil organizada, proporcionando avanços
378 significativos em questões como saneamento, educação ambiental e recuperação de
379 áreas degradadas. Mencionou que o trabalho coletivo liderado pela Diretoria foi
380 crucial para superar obstáculos e alcançar metas importantes, ressaltando que a
381 transição para um novo ciclo de gestão deveria ser realizada com cautela, garantindo
382 que as ações em andamento fossem consolidadas antes de qualquer mudança,
383 mencionando a necessidade de fortalecer ainda mais a integração entre os municípios
384 e o Comitê. Os demais membros do Comitê também endossaram a proposta,
385 destacando que a experiência e a liderança da equipe da FABHAT são diferenciais
386 importantes para a continuidade dos avanços. Com as manifestações concluídas,
387 Vanderlon colocou a proposta em votação, solicitando que os presentes indicassem
388 sua concordância com a recondução da Diretoria. A deliberação foi aprovada por
389 unanimidade, e Hélio foi chamado de volta à sala para receber a notícia. Ao retornar,
390 Hélio agradeceu pela confiança, ressaltando a ajuda constante que tem de toda a



ALTO
TIETÊ

391 equipe, e se comprometeu a continuar trabalhando com dedicação para alcançar os
392 objetivos do Comitê. **7. Outros assuntos.** O Presidente abriu o espaço para a
393 discussão de outros assuntos. Solange expressou sua preocupação com a
394 estagnação do processo relacionado à minuta do Guaió, Tanque Grande e Cabuçu,
395 que havia sido aprovada há mais de um ano e meio. Mencionou que o documento foi
396 posteriormente encaminhado ao Conselho de Meio Ambiente, onde enfrentou um
397 longo período de análise, sendo eventualmente devolvido à Unidade de
398 Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) sem avanços concretos. Relatou que,
399 desde então, o processo parecia estar paralisado, sem informações claras sobre o
400 andamento ou os próximos passos, solicitando assim que o Comitê tomasse
401 providências para obter informações atualizadas sobre o processo e definir um
402 encaminhamento claro para que o tema pudesse avançar. O Presidente reconheceu a
403 relevância do tema e mencionou que já vinha conversando com Solange para buscar
404 uma articulação política junto à Secretaria de Estado. O objetivo seria viabilizar o
405 avanço do processo junto ao Conselho de Meio Ambiente, que parecia estar
406 estagnado. Hélio forneceu um panorama da situação, informando que o Comitê havia
407 recebido uma carta da SABESP datada de 2012, na qual a companhia alegava falta de
408 interesse no projeto do Guaió. Contudo, destacou que a carta precedia a crise hídrica
409 enfrentada pela região e, portanto, não refletia as necessidades atuais. Relatou ainda
410 que, desde então, o Comitê tentou obter esclarecimentos da SABESP mas sem
411 sucesso. Informou que, portanto, o processo estava parado desde setembro, e que
412 todas as ações possíveis dentro da governança do Comitê já haviam sido realizadas.
413 Diante disso, sugeriu que uma nova abordagem fosse feita diretamente com a
414 Secretaria de Estado para destravar o processo. O Prefeito agradeceu o
415 esclarecimento de Hélio e assumiu o compromisso de buscar o encaminhamento junto
416 à Secretária de Estado. Afirmou que tentaria uma reunião com a Secretária ou,
417 alternativamente, articularia com o Presidente da Assembleia Legislativa-ALESP, que
418 estaria na região, para viabilizar o agendamento. Amauri repudiou a maneira como o
419 tema vinha sendo tratado, classificando a situação como contrária aos interesses da
420 população e um reflexo de descaso. Destacou que, no dia 19, o Conselho Estadual de
421 Recursos Hídricos-CRH realizaria uma reunião para aprovar minutas das leis
422 específicas de outras regiões, como o Alto Juquiá, São Lourenço e Jaguari, que estão
423 sendo levadas pelos respectivos Comitês. No entanto, observou que a minuta
424 referente ao Guaió, Cabuçu e Tanque Grande, apesar de já aprovada por
425 unanimidade no CBH-AT, não foi incluída na pauta de aprovação do CRH, criticando
426 as tentativas de barrar a aprovação da lei, ressaltando que, para qualquer objeção,
427 seria necessário apresentar argumentos embasados legal e tecnicamente, o que, até o
428 momento, não ocorreu. Hélio tomou a palavra para destacar a relevância da fala de
429 Amauri e ressaltar sua importância no contexto do Conselho Estadual de Recursos
430 Hídricos (CRH). Pontuou que a situação enfrentada pelo Comitê, de desconsideração
431 e atraso no avanço do processo relacionado à Lei do Guaió, Cabuçu e Tanque
432 Grande, evidencia uma falta de respeito com o trabalho coletivo realizado. Sugeriu
433 então que Amauri fosse o porta-voz da insatisfação do Comitê no CRH, levando ao
434 Conselho estadual o descontentamento com a forma como a tramitação da minuta da
435 lei específica vinha sendo conduzida. Expressou confiança na capacidade de Amauri
436 de defender os interesses do Comitê diante dos desafios apresentados, enfatizando
437 que lidar com tais situações exige habilidade e comprometimento. O Presidente
438 manifestou apoio imediato à sugestão de Hélio, destacando o conhecimento técnico e
439 histórico de Amauri sobre o tema. Amauri destacou a falta de um respaldo formal para
440 representar o Comitê no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, já que não possuía



ALTO
TIETÊ

441 mandato ou cargo oficial no Comitê. Hélio sugeriu que, caso fosse necessário, a
442 Diretoria poderia fornecer o documento de delegação para que Amauri atuasse como
443 representante do Comitê nesse tema específico. Melissa concordou, ressaltando a
444 participação ativa de Amauri na construção da minuta e a legitimidade de sua
445 representação, apesar de não fazer parte da Diretoria atual. O Presidente
446 comprometeu-se a articular com a Secretaria de Estado para garantir a delegação
447 necessária para Amauri representar o Comitê no CRH, sugerindo também que a
448 reunião do CRH fosse marcada para o dia 19. Mario de Carvalho Fontes Neto
449 representante da ONG Guarapiranga iniciou suas considerações parabenizando Hélio
450 e sua equipe pela recondução à presidência da FABHAT. Destacou a importância de
451 dar continuidade ao trabalho realizado pela equipe e aproveitou a ocasião para
452 expressar seu apoio à recondução de Hélio à frente da Fundação. Mario relatou um
453 comunicado relacionado à agenda 2030 do Vale do Rio Cabuçu. Informou que,
454 conforme a decisão da Agenda, seria encaminhado um ofício referente a questões
455 graves de assoreamento no braço do Rio Cabuçu, abordando a disposição de
456 resíduos domésticos e a invasão empresarial das margens do rio. O ofício, que já
457 havia sido aprovado pelos participantes da agenda 2030, seria endereçado à
458 presidente da SP Águas, com cópia para o Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto
459 Tietê e trataria do problema ambiental e de gestão hídrica na região. Melissa
460 parabenizou Hélio e sua equipe pela recondução e destacou satisfação com a
461 aprovação do processo. Explicou que, enquanto não formalizada uma possível
462 ampliação das representações de sociedade civil, estaria à disposição para
463 representar o Comitê no Fórum, destacando que sua função como membro da
464 sociedade civil no Fórum era de ouvinte, mas que poderia intervir em discussões, caso
465 necessário, enfatizando a importância de ampliar as representações para garantir uma
466 participação mais efetiva da sociedade civil nos Comitês e Fóruns relevantes. O
467 Presidente da FABHAT agradeceu a todos pelo apoio e reconhecimento, reforçando o
468 compromisso de dar continuidade aos trabalhos em 2025, especialmente com o
469 respaldo de toda a equipe que contribuiu para os avanços no Comitê.
470 **9. Encerramento.** Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi
471 encerrada. Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro
472 teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina.